

## PROVA OBJETIVA



Disponível em: <http://geografianovest.blogspot.com.br>. Acesso em: 25 de jul. 2013.

**1) O Capítulo V do Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe sobre o direito à profissionalização e à proteção no trabalho. Segundo essa legislação, é proibido que adolescentes trabalhem, salvo:**

- a) Com autorização do judiciário
- b) Na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos
- c) Na condição de aprendiz, a partir dos quinze anos
- d) Na condição de aprendiz, a partir dos dezesseis anos

**2) Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 183, o prazo máximo e improrrogável para a conclusão do procedimento de apuração de ato infracional atribuído a adolescente, estando este internado provisoriamente, será de:**

- a) 90 (noventa) dias
- b) 60 (sessenta) dias
- c) 45 (quarenta e cinco) dias
- d) 30 (trinta) dias

**3) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 4º “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à**

**dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. A garantia de prioridade compreende:**

- I - A primazia de receber proteção e socorro apenas quando tiver seus direitos violados
- II - Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública
- III - Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas
- IV - Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude

- a) Os itens I, II e VI estão corretos
- b) Os itens II, III e IV estão corretos
- c) Apenas os itens I e IV estão corretos
- d) Todos os itens estão corretos

**4) De acordo com o artigo 136 – Inciso I, do Estatuto da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar, ao tomar conhecimento de ameaça ou violação aos direitos de crianças e adolescentes, é competente, em regra, para determinar a:**

- a) Inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente
- b) Destituição da tutela da criança e(ou) do adolescente
- c) Inclusão da criança e(ou) do adolescente em programa de acolhimento familiar
- d) Perda da guarda da criança e(ou) do adolescente

**5) No Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 2º, são colocadas as idades máximas onde são consideradas crianças e adolescentes. Sobre esse artigo, analise as opções abaixo e marque a correta:**

- a) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade completos, e adolescente aquela entre doze e dezessete anos de idade
- b) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até onze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade
- c) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade
- d) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até dez anos de idade completos, e adolescente aquela entre dez e dezesseis anos de idade

**6) Em um estabelecimento de ensino suspeitou-se que um de seus alunos, de doze anos de idade, estava sendo vítima de maus-tratos. Nesse caso, o Estatuto da Criança e do Adolescente determina que o caso seja obrigatoriamente reportado, sem prejuízo de outras providências legais, para:**

- a) Ministério Público
- b) Autoridade policial
- c) Juízo da infância e da juventude
- d) Conselho tutelar

**7) O direito ao respeito, previsto no artigo 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente, assegurado às crianças e adolescentes consiste na:**

- a) Inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente
- b) Participação da vida política na forma da lei
- c) Igualdade de condições para acesso e permanência na escola
- d) Participação na vida familiar e comunitária sem discriminação

**8) Analise com base no Estatuto da Criança e do Adolescente:**

I - Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais

II - A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência

Dos itens acima:

- a) Apenas o item I está correto
- b) Apenas o item II está correto
- c) Ambos os itens estão corretos
- d) Ambos os itens estão incorretos

**9) De acordo com o artigo 67 do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho:**

I – Perigoso, insalubre ou penoso

II – Realizado em horários e locais que permitam a frequência à escola

III – Matutino, realizado fora do perímetro geográfico da escola frequentada pelo adolescente

IV – Noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte

V – Realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social

Dos itens acima:

- a) Apenas os itens I, IV e V estão corretos
- b) Apenas os itens I, II, IV e V estão corretos
- c) Apenas os itens II e III estão corretos
- d) Todos os itens estão corretos

**10) O Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 55, reforça o que preconiza a Constituição Federal, que em seu artigo 206 - inciso I, estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola como um dos princípios para o ensino. No artigo supracitado, o ECA determina como obrigação para os pais ou responsáveis:**

- a) Orientar o processo de formação dos filhos
- b) Acompanhar as atividades desenvolvidas na escola
- c) Assegurar que os dias letivos da escola sejam cumpridos
- d) Matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino

**11) Com relação as medidas socioeducativas, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Capítulo IV, Seção I, se verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas (Art. 112):**

- I - Advertência
- II - Obrigação de reparar o dano
- III - Prestação de serviços à comunidade;
- IV - Liberdade assistida

Analise o exposto e marque a resposta correta:

- a) I e II apenas
- b) II e III apenas
- c) I, II e IV
- d) Todas estão corretas

**12) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é atribuição dos conselhos tutelares:**

- a) elaborar proposta orçamentária a fim de assegurar programas de atendimento aos direitos da criança e do adolescente
- b) requisitar serviço público nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança

- c) registrar ocorrência policial em defesa do interesse de menor em situação de risco por fato que constitua infração penal contra os direitos da criança e do adolescente
- d) aplicar medida de destituição de tutela ao responsável legal dos tutelados que estejam em situação de abandono e de extremo risco

**13) De acordo Com o Estatuto da Criança e do Adolescente, velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor, é dever:**

- a) Dos pais
- b) Da família
- c) De todos
- d) Do Estado

**14) Sobre o regime de semiliberdade previsto no artigo 120 do Estatuto da Criança e do Adolescente assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início
- b) Pode ser determinada como medida de transição para o meio aberto
- c) Possibilita realizar atividades externas independentemente de autorização judicial
- d) A medida comporta prazo determinado

**15) A respeito do poder familiar dos pais, assinale a opção CORRETA:**

- a) A condenação criminal do pai ou da mãe implica a destituição automática do poder familiar, especialmente no caso de condenação por crime doloso sujeito à pena de reclusão praticado contra o próprio filho ou filha
- b) O poder familiar será exercido apenas pelo pai, a quem compete prover o sustento e o bem-estar da família
- c) A perda do poder familiar poderá ser decretada pelo conselho tutelar do município no caso de descumprimento injustificado dos deveres de sustento, guarda e educação dos filhos
- d) A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar; nesse caso, a família deverá ser incluída em serviços e programas oficiais de proteção, apoio e promoção

**16) São atribuições do Conselho Tutelar, EXCETO:**

- a) Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente
- b) Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência

- c) Elaborar propostas orçamentárias e legislativas para criação e efetivação de planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente
- d) Promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes

**17) De acordo com o artigo 83, do Estatuto da Criança e do Adolescente, referente à autorização de viagem, define-se que:**

- a) Nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial
- b) Nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial
- c) Nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis em nenhuma hipótese
- d) Nenhuma criança ou adolescente menor de 14 (quatorze) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial

**18) Analise de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente:**

- I – A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se à terceiros, exceto aos pais
- II – A tutela será deferida, nos termos da lei civil, a pessoa de até 18 (dezoito) anos incompletos
- III – Nos casos de adoção, o adotante há de ser, pelo menos, 16 (dezesesseis) anos mais velho do que o adotando

- a) Os itens II e III estão corretos
- b) Os itens I e II estão corretos
- c) Os itens I e III estão corretos
- d) Todos os itens estão corretos

**19) Sobre o artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente, referente ao direito à educação, são direitos assegurados a criança e ao adolescente, EXCETO:**

- a) Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores
- b) Direito de organização e participação em entidades estudantis, desde que apresente frequência e bom rendimento escolar

- c) Direito de ser respeitado por seus educadores
- d) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola

**20) Sobre o direito à convivência familiar e comunitária, analise as seguintes afirmativas:**

I - A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária

II - Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, dependendo para tanto de autorização judicial

III - Pessoas jurídicas podem apadrinhar criança ou adolescente a fim de colaborar para o seu desenvolvimento

- a) Os itens I e II estão corretos
- b) Os itens II e III estão corretos
- c) Os itens I e III estão corretos
- d) Todos os itens estão corretos

## PROVA DISSERTATIVA

Leia os fragmentos abaixo:

### FRAGMENTO 1

“No mesmo ano em que o Brasil se tornou signatário e ratificou a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1990), o país aprovou o Estatuto da Criança e do Adolescente. O Estatuto distingue entre criança (menor de 12 anos de idade) e adolescente (12 a 18 anos). Em contraste, a Convenção sobre os Direitos da Criança define uma criança como “todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo.” Embora representando um avanço na proteção dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, o Estatuto tem sido criticado por alguns grupos feministas como sendo concebido principalmente por homens e refletindo uma perspectiva masculina (Comitê & Comissão, 2006). Notadamente, o Estatuto pouco menciona direitos de saúde sexual e reprodutiva referentes a crianças ou adolescentes, e não faz nenhuma menção a casamentos.”

### FRAGMENTO 2

“Na legislação brasileira, o Código Civil e, em menor extensão, o Código Penal, tratam da questão da idade para casamento e da “capacidade” ou idade de consentimento. A idade legal para o casamento é estabelecida como 18 anos para homens e mulheres, com várias exceções listadas no Código Civil. A primeira exceção — compartilhada por quase todos os países do mundo — permite o casamento com o consentimento de ambos os pais (ou com a autorização dos representantes legais) a partir dos 16 anos.”

### FRAGMENTO 3

“(…) Os principais fatores que levam ao casamento são: (1) o desejo, muitas vezes, de um membro da família, em função de uma gravidez indesejada e para proteger a reputação da menina ou da família e para segurar a responsabilidade do homem de “assumir” ou cuidar da menina e do(a) bebê potencial; (2) o desejo de controlar a sexualidade das meninas e limitar comportamentos percebidos como ‘de risco’ associados à vida de solteira, tais como relações sexuais sem parceiros fixos e exposição à rua; (3) o desejo das meninas e/ou membros da família de ter segurança financeira; (4) uma expressão da agência das meninas e um desejo de saírem da casa de seus pais, pautado em uma expectativa de liberdade, ainda que dentro de um contexto limitado de oportunidades educacionais e laborais, além de experiências de abuso ou controle sobre a mobilidade das meninas em suas famílias de origem; (5) o desejo dos futuros maridos de se casarem com meninas mais jovens (consideradas mais atraentes e de mais fácil controle do que as mulheres adultas) e o seu poder decisório desproporcional em decisões maritais.”

Fragmentos extraídos de: TAYLOR, A.Y.; LAURO, G.; SEGUNDO, M.; GREENE, M.E. **“Ela vai no meu barco.” Casamento na infância e adolescência no Brasil.** Resultados de Pesquisa de Método Misto. Rio de Janeiro e Washington DC: Instituto Promundo & Promundo-US. 2015.

Tendo em vista a temática **“Casamento na Infância e Adolescência”** desenvolvida nos fragmentos acima, escreva um ARTIGO DE OPINIÃO, a ser publicado em um blog





## GABARITO

1)	B
2)	C
3)	B
4)	A
5)	C
6)	D
7)	A
8)	C
9)	A
10)	D
11)	D
12)	B
13)	C
14)	D
15)	D
16)	C
17)	B
18)	A
19)	B
20)	C